



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

Assembleia da República
Divisão de Apoio às Comissões
Comissão de Trabalho e Segurança Social

N.º Único: 656718
Entrada: 369
Data: 02/06/2020

Exmo. Senhor,
Presidente da Comissão Parlamentar do
Trabalho e da Segurança Social

S. Bento, 2 de junho de 2020

Assunto: Audição, com caráter de urgência, da administração da Casa da Música, da Autoridade para as Condições de Trabalho e dos representantes dos trabalhadores precários.

A Casa da Música é uma fundação de direito privado financiada com Orçamento do Estado e que tem no seu Conselho de Administração representantes nomeados pelo Estado.

No dia 18 de abril, quase uma centena de trabalhadores da Casa da Música, em abaixo-assinado solicitaram à fundação que assumisse os seus compromissos e responsabilidade social. Nos 92 signatários estão incluídos 28 trabalhadores com contrato e 64 prestadores de serviços a recibo verde, nomeadamente assistentes de sala, guias, músicos, técnicos e músicos-formadores.

Foi tornado público, no presente mês de maio, que a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) teria cinco pedidos de ação inspetiva à Fundação Casa da Música e teria avançado com as ações inspetivas.

Ontem, dia 1 de junho, data em que se assinalou a reabertura das salas de espetáculo, os trabalhadores precários fizeram uma vigília, à entrada do edifício. Aos trabalhadores da Casa da Música juntaram-se também os precários da Fundação de Serralves.

Meia hora depois de terminada a vigília, vários assistentes de sala receberam um e-mail do seu superior hierárquico, comunicando que estavam afinal dispensados do trabalho já agendado para junho. Somam-se assim a técnicos de palco que trabalham

a tempo inteiro na Casa da Música há 15 anos e que continuam sem ser chamados a voltar ao trabalho. Em comum têm o facto de terem subscrito o abaixo-assinado à Administração.

A Administração da Casa da Música tem vindo, desde meados de abril, a submeter trabalhadores a recibo verde a pressões, através de reuniões individuais intimidatórias, com ameaças explícitas de represálias, por parte de diretores e coordenadores, que configuram atos de assédio moral.

O músicos-formadores do Serviço Educativo receberam a “informação” de que “não são trabalhadores da Casa da Música”. Músicos do Coro e da Orquestra Barroca foram chamados a reunir individualmente com o diretor artístico e o coordenador dos agrupamentos, que lhes perguntaram porque tinham assinado o abaixo-assinado. Já os assistentes de sala foram vítimas de represálias diretas, tendo sido o seu trabalho “dispensado” através de um e-mail, onde se comunicou: “Não será necessária a vossa presença nos concertos anteriormente alocados.”

Além disso, a administração da Casa da Música terá contratado um operador de câmara profissional para filmar os trabalhadores que estavam a participar no protesto desta segunda-feira, operador esse que registou cada um dos participantes num vídeo a entregar depois aos responsáveis da instituição.

Trata-se de um conjunto de grosseiras e intoleráveis violações da lei do trabalho, de ofensas graves aos direitos laborais mas também a direitos constitucionais básicos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição da Administração da Casa da Música, dos representantes dos trabalhadores precários e da Autoridade para as Condições de Trabalho

O Deputado do Bloco de Esquerda,

José Soeiro